

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 (nº 1.009, de 1999, na Casa de origem)

1

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 (nº 1.009, de 1999, na Casa de origem)	Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo)
	Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para instituir medidas destinadas a facilitar o uso dos serviços de transporte coletivo pelas pessoas ostomizadas ou com limitações semelhantes.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
		Art. 1º O Capítulo VI da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a denominação alterada para “DA ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO” e acrescido do seguinte art. 16-A:
CAPÍTULO VI		“CAPÍTULO VI
DA ACESSIBILIDADE NOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO		DA ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO
Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.	
		“ Art. 16-A. Às pessoas ostomizadas serão garantidas as seguintes facilidades no uso dos serviços de transporte coletivo:
	Art. 1º § 2º Desobrigam-se as pessoas ostomizadas da passagem em catracas mecânicas.	I – dispensa de passagem por catracas ou equipamentos de bloqueio similares destinados ao controle do pagamento da tarifa pelos passageiros em terminais, estações e pontos de parada ou no interior dos veículos de transporte coletivo;
	Art. 1º Fica autorizada a entrada e a saída de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo.	II – autorização para efetuar o embarque e o desembarque pela porta dianteira, quando se tratar de serviço operado com veículo rodoviário dotado de mais de uma porta.
	§ 1º Para efeitos desta Lei, ostomizada é toda pessoa que, em decorrência de procedimento cirúrgico, está	



Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 (nº 1.009, de 1999, na Casa de origem)

2

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 (nº 1.009, de 1999, na Casa de origem)	Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo)
	obrigada ao uso de bolsa coletora de fezes e/ou urina.	
		Parágrafo único. Equiparam-se aos ostomizados, para efeito do disposto neste artigo, as pessoas com restrições ou limitações físicas semelhantes, na forma do regulamento.” (NR)
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VII DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO</p> <p>Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.</p>		
	Art. 2º Exigir-se-á a apresentação de carteira de identificação para o acesso da pessoa ostomizada pela porta dianteira dos veículos.	
	Parágrafo único. A carteira de identificação será expedida por órgão competente e conterá, entre outros dados, o nome e a fotografia do portador.	
	Art. 3º A pessoa ostomizada que optar por entrar pela porta dianteira do veículo deverá efetuar o pagamento da tarifa ao motorista, em espécie ou mediante vale transporte.	
	Parágrafo único. O pagamento em espécie deve ser feito no valor exato, desobrigando o motorista de efetuar troco.	
	Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

